

Sociedade civil no cárcere: relato de uma travessia etnográfica pela Catalunha¹

Ana Gabriela Braga (USP /UB)²

Com a presente comunicação pretendo compartilhar os resultados parciais da minha pesquisa de doutoramento “Reintegração social: discursos e práticas na prisão -Um estudo comparado”³ durante a qual acompanhei alguns projetos desenvolvidos por entidades da sociedade civil em estabelecimentos prisionais de São Paulo e da Catalunha. Me deterei mais especificamente nas reflexões advindas do período de meu estágio no Departamento de Antropologia da Universitat de Barcelona⁴.

Esta investigação partiu do desejo de "fazer alguma coisa" *pele* (e portanto, dentro da minha perspectiva *contra*) o sistema prisional, uma tentativa de por luz em “projetos que fazem do cárcere menos cárcere”. A escolha desse foco atendeu a uma forte expectativa pessoal de encontrar grupos para compartilhar experiências de atuação no cárcere, na coordenação adjunta do Grupo de Diálogo Universidade- Cárcere- Comunidade⁵ (GDUCC) buscando principalmente, aqueles que partiam de pressupostos e de posicionamentos parecidos com os meus.

Meu objetivo foi conhecer algumas das formas que a sociedade civil, paulista e catalã, tem se relacionado com o cárcere. Compreender quais estratégias, discursos e práticas são mobilizadas na intervenção da sociedade nesse espaço. E ainda se, a partir dessas ações, pode-se afirmar que o cárcere está se abrindo à sociedade e vice-versa.

Para tanto, utilizei metodologia qualitativa de pesquisa. Realizei entrevistas semi-dirigidas com os envolvidos direta e indiretamente com os projetos (voluntários, , presos, diretores de entidades, funcionários da prisão), pesquisa documental (projetos, memoriais, manuais) e alguns relatos etnográficos do trabalho desenvolvido pelas entidades selecionadas.

¹ II ENADIR, GT n° 1, Antropologia e sistemas de justiça criminal.

² Universidade de São Paulo/ *Universitat de Barcelona*.

³ Desenvolvido no programa do Departamento de Direito Penal e Criminologia da Universidade de São Paulo.

⁴ De setembro de 2010 a junho de 2011, durante o qual gozei de bolsa sanduíche (PDEE) CAPES- Fundación Carolina.

⁵ Vinculado ao Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia da Universidade de São Paulo.

Em uma pesquisa situada em um espaço tão truncado como o prisional, explicitar os caminhos de inserção do campo desvela os mecanismos de poder em funcionamento e acaba por levar-me de volta ao objeto da própria tese. Afinal, muitos dos empecilhos e barreiras criadas para a minha entrada enquanto pesquisadora na prisão, são os mesmos que se deparam as entidades e pessoas da sociedade civil que querem cruzar seus muros.

Pretendo relatar no presente *paper* o processo de minha inserção no campo penitenciário da Catalunha: estratégias, dificuldades, negociações, etc.. Descrevo algumas percepções da configuração do campo (de força e de luta) nesse território. A partir de uma curta e localizada incursão, tentei compreender o fenômeno do voluntariado, forma institucionalizada de entrada da sociedade civil nas prisões catalãs. Aproximar-me de outro terreno para compreender como a ação no cárcere se produz em outros contextos.

Travessias

De início, é de suma importância marcar os limites da minha inserção e reflexão no campo prisional catalão. Durante o estágio doutoral não tive a pretensão de realizar uma etnografia, uma descrição densa no sentido referido por Geertz (1978). Vejo minha incursão muito superficial, pontual, limitada, longe de um mergulho no campo, sinto que só pude colocar os pés na *orilla* dessas águas.

Ademais de ser um transcurso entre duas culturas, se trata de uma travessia entre disciplinas, especificamente entre Direito e Antropologia. Essa tentativa de construção de pontes entre os saberes sociais, por vezes, me deixa sem chão. Por um lado, por tentar me distanciar do modo de fazer e pensar da pesquisa jurídica. Por outro, porque em outros campos das ciências sociais, pareço (e sou) estrangeira, uma vez que me falta uma formação específica nessas aéreas.

Ainda com os riscos e perigos de estar nesse “não lugar”, é essa mesma posição me permite uma análise multifacetada de um objeto tão complexo como a prisão, a possibilidade de olhá-la a partir de meu próprio caleidoscópio.

Não fechar a pesquisa dentro de um domínio disciplinar é uma resistência contra a “compartimentalização” dos saberes e uma luta contra a disciplina⁶ de um modo geral.

⁶ Não é por acaso, que as práticas denominadas por Foucault tenham a mesma dominação dos cursos que temos em nossas Universidades.

Foucault (2006), em *La passage et la nuage*, propõe não um encontro interdisciplinar entre historiador e filósofos, mas um trabalho comum de pessoas que buscam *des-disciplinar-se*.

Por isso, nomeio essa experiência de travessia. Ao fazer isso, percebo como essa imagem (quase poética⁷.) se aplica não só a este período de minha pesquisa, mas faz referência ao meu próprio objeto. A sociedade civil (e o pesquisador) atuam na *liminaridade* (Turner, 1974), entre a prisão e o chamado “mundão”.

A necessidade etnográfica

Desde o início do desenho de esta pesquisa tinha claro que a aproximação com o fazer etnográfico poderia trazer uma abertura importante a minha análise geral. A certeza veio pelo conhecimento teórico (e afetivo) do campo, somado à percepção de que uma contribuição original à discussão criminológica passaria pela compreensão específica de uma realidade, principalmente por meio de pesquisas qualitativas e etnografias- com as quais já vinha dialogando desde o Brasil.

Olhares circunscritos podem nos dizer muito mais sobre as práticas na prisão, do que uma tentativa de elaboração de uma grande teoria, por ao menos dois motivos. Primeiro porque muito já foi escrito acerca da prisão, da ressocialização e de seu fracasso. Uma forma de contribuir para a construção de um saber criminológico novo, que rompa com as evidências, é através da produção de um saber não universal, situado em um espaço e tempo presente, no sentido de *événementialiser*⁸ proposto por Foucault (1980).

E depois, porque a etnografia leva à percepção de minúcias e sutilezas da realidade observada. A prisão é um espaço por excelência do não-dizível, o que acontece e o que se sente na vida no cárcere não são temas facilmente verbalizáveis⁹. Nesse espaço aonde o uso da palavra é

⁷1 Ato ou efeito de atravessar uma região, um continente, um mar. 2 Distância entre dois pontos marítimos ou terrestres. 3. Longo trecho de caminho desabitado. (<http://michaelis.uol.com.br>)

⁸ Foucault atribuirá a “acontecimentalização” duas importantes funções teórico políticas: a observação de uma ruptura da qual pode surgir uma singularidade (por exemplo não era tão necessário que a loucura fosse transformada em doença mental); e, ainda, reencontrar conexões, apoios, bloqueios, jogos de força e estratégias que em dado momento formaram o que mais tarde seria considerado uma evidência, uma universalidade.

⁹ E no Brasil, para além da censura da administração prisional, existe a presença das facções criminosas exercendo um controle sobre o que é dito entre os muros.

regulamentado e os discursos (des)legitimados a todo momento, o uso de ferramentas rígidas como questionário ou entrevista nos dá acesso apenas a uma parte da história.

As coisas mais interessantes que se depreendem na prisão são as que se fala ao pé do ouvido, pelas grades, pelos olhos, pelas mãos. O tom da voz; o cheiro característico do ambiente (pelo cheiro, pode-se distinguir as diferenças entre as condições materiais de uma prisão para outra, de um setor para outro); o “clima”; a forma de se vestir que denuncia a diferença social e institucional de seus personagens; as pequenas regulamentações e suas sutis transgressões.

Reconhecendo o terreno

A expectativa de encontrar interlocutores afinados com minhas ideias, funcionou como um poderoso filtro dos projetos que selecionei, os julguei mais interessantes a medida que neles identificava as minhas próprias concepções acerca de intervenção no espaço prisional.

Logo, meu olhar sobre o campo foi construído a partir desse recorte, que incidiu desde a pesquisa exploratória, mas principalmente na seleção dos projetos a serem analisados em profundidade. A decisão de não incluir no campo entidades que tivessem por objetivo imediato a educação formal, a realização de oficinas de trabalho ou assistência religiosa, foi uma maneira que encontrei de me aproximar de entidades que não ocupavam os campos tradicionais da reabilitação (escola e trabalho). E cujas as práticas fossem além da tarefa da salvação do preso, da busca de sua renovação ética por meio do trabalho, estudos, arrependimentos, e privações.

Porém, ao começar a circunscrever quais seriam essas práticas, me deparei com a “perspectiva da reabilitação-redenção” enraizada nos discursos, modos de fazer, e formas de sentir daqueles que se propõem a ir ao cárcere, e inclusive em mim.

Mais tarde percebi que o incômodo que senti no início da minha pesquisa em território catalão, era devido ao fato de não conseguir situar o que acreditava ser meu trabalho no Brasil (frente ao GDUCC) na realidade catalã. Meus interlocutores, de forma geral, ou eram críticos, mas não tinham atuação no cárcere¹⁰ (e, muitas vezes, nem fora dele), ou atuavam no cárcere acreditando na sua melhora e sempre futura eficácia.

¹⁰ Destaco aqui a Oficina Social Antropología y Prisión e Observatório del Sistema Penal y Derechos Humanos (OPDH- Universitat de Barcelona).

Eu, que até então, me acreditava crítica e atuante no cárcere, ao tomar contato com essa configuração e depois de escutar a mesmice dos discursos acerca da ressocialização dos voluntários da Catalunha, não sabia aonde me situar. Por vezes me identificava com os discursos desses voluntários, e questionava a solidez política da ação na prisão que eu mesma propunha. Esse questionamento abalou todas as minhas certezas, ocasionando um enorme incômodo e dúvidas sobre o que saber e como fazer.

Essa inquietude não foi fruto de um mero percalço na pesquisa, por isso persiste. Ela advém de um questionamento central a esta pesquisa, e que há alguns anos acompanha minhas práticas no cárcere: é possível atuar na prisão e contra ela¹¹?

Reconhecida pelo terreno

A minha condição de pesquisadora na Catalunha guardava suas particularidades: era estrangeira e de passagem. Essa condição produziu dois efeitos opostos: dificultou a consolidação de uma relação de empatia e confiança com meus informantes e autoridades penitenciárias, ao mesmo tempo em que contribuiu para minha entrada nas prisões. Permitir a abertura ao olhar estrangeiro, era uma decisão que ia ao encontro a imagem que a *Generalitat de Catalunya* queria transmitir acerca de seu próprio sistema prisional: democrático e aberto; ao mesmo tempo, o fato de que eu estava de passagem, garantiria que “não traria problemas” a longo prazo.

Meus informantes faziam uma leitura própria da minha condição na Catalunha. Por mais que insistira no fato de que eu estava realizando uma pesquisa acadêmica, e que não se tratava de uma pesquisa aplicada¹² (ao menos, não imediatamente), frequentemente era vista pelas pessoas das entidades que acompanhava e pela burocracia como alguém incumbida pelo governo brasileiro para planejar um modelo/projeto de voluntário. Como nas palavras do responsável do *Departament de Justícia*:

“autoritzem a entrar al centre a la sra. Ana Gabriela Braga que, des de fa un any, duu a terme a Catalunya un estudi sobre el voluntariat a les presons catalanes per encàrrec de la Universitat de Sao Paolo per a la implantació d’un programa de Voluntariat al Brasil..”

¹¹ Esses questionamentos tiveram seu estopim com a leitura integral do texto de Mathiesen “The Politics of Abolition”, no qual aponta um dilema (irresolúvel) reforma *versus* revolução, objetivos a curto prazo *versus* objetivos a longo prazo.

¹² Acerca da pesquisa aplicada fundamental a discussão proposta por Cunha (1991).

Um dos meus principais me informantes, que denomino “voluntário-modelo”, atuante na prisão há mais de 17 anos e com o qual tive inúmeras conversas, me apresentou (com muito orgulho) aos presos como a “responsável de levar aquela experiência ao outro lado do Atlântico”.

Já os presos costumavam me identificar com a figura dos voluntários. Na maioria das visitas¹³, só me foi possível estabelecer um contato rápido com os presos, um espaço de interação curto, no qual era difícil de me diferenciar daqueles com os quais eu chegava no cárcere, e cuja origem social era muito próxima a minha.

A representação de diversos papéis me colocava como “agente dupla” nessas dinâmicas. Para caminhar nessa rede manipulava minha identidade, ora me colocando do lado dos voluntários, ora dos presos, ora de uma “realizadora de projetos”. A cada interlocutor revelava uma faceta e a muitos deles silencieei minha crítica.

Negociação com o campo

Se a negociação com o campo é uma questão chave para qualquer etnografia, ela adquire uma especial dimensão no espaço carcerário. Primeiro, porque nas prisões existem muitos segredos, os quais para Foucault são uma das formas de poder político; por isso, se evita a todo custo, que eles sejam revelados à alguém estranho a esse espaço.

E depois, porque o processo para se conseguir autorização de entrada nas penitenciárias não obedece a uma lógica linear e suas decisões não tem força definitiva, estão sempre sujeitas as intempéries sociais e conjuntura políticas. Logo, a condição de permanência do pesquisador no cárcere é sempre precária e provisória.

Uma das preocupações centrais da minha pesquisa era se (e como) eu conseguiria a permissão para entrar nas prisões e acompanhar a ação das pessoas das entidades da sociedade civil. Para tanto, foi necessária uma negociação constante e uma articulação em diversos níveis: Departamento de Justiça, diretor do estabelecimento prisional, presos, entidades da sociedade civil e voluntários.

Ademais, meu campo não estava circunscrito a um espaço prisional determinado, uma vez que era o trabalho do voluntário que pautava o Centro Penitenciário que eu visitaria, e não ao

¹³ Pela “via formal” não consegui autorização para entrevistar ou conversar com os presos reservadamente. Retomarei este tema mais adiante.

contrário. Esse constante deslocamento não permitia ganhar a empatia e confiança dos informantes, tampouco das autoridades responsáveis pelo estabelecimento prisional; e fez com que, em cada entrada eu tivesse que seguir todo o protocolo da burocracia prisional: espera, apresentação, negociação, reconhecimento.

Eleição de um tema “vendível”

O desenho estratégico dessa pesquisa, com fins de superar os previsíveis obstáculos para entrada no campo prisional, começou com a eleição do tema. Meu olhar recaía sobre as pessoas da sociedade civil que entram no cárcere, e portanto, meu foco estava em um lado “iluminado” da prisão. Essa escolha certamente, me facilitou o acesso ao campo prisional, ao mesmo tempo em que, me manteve alijada dos seus espaços mais sombrios. Segundo Barbero (2009, p. 119):

“Aun con estas dificultades iniciales, el permiso puede obtenerse, pero por si mismo no proporciona una libertad plena al investigador. Éste puede tropezar con no pocos obstáculos si se adentra por vericuetos no deseados por la institución”

Enfocar um lado aparentemente positivo da realidade penitenciária, tal como o voluntariado, iria de encontro a um tipo de saber que a *Secretaria de Serveis Penitenciaris, Rehabilitació i Justícia Juvenil Generalitat de Catalunya* (SSPRJJ)¹⁴ tinha interesse em produzir e reproduzir. O fato de minha pesquisa não ter como objeto o estudo da prisão ou dos presos, foi fator determinante para a boa recepção do projeto pela SSPRJJ, uma vez que, com o discurso que queria conhecer as “boas práticas” realizadas na prisão da Catalunha, manipulava mais facilmente a minha postura crítica em relação à instituição penitenciária e afastava o risco para a Administração Penitenciária apoiar uma pesquisa-denúncia da situação carcerária na região.

Uma característica intrínseca à instituição prisional é seu hermetismo. O fechamento em relação ao entorno social subsiste em todas as prisões, e se manifesta como um mecanismo de defesa contra a incursão de práticas e pessoas que tencionem a instituição.

A entrada no cárcere de pessoas estranhas à sua dinâmica é vista como uma ameaça ao controle e a segurança. O discurso institucional se vale desse argumento para restringir o

¹⁴ De aqui por diante SSPRJJ.

acesso dessas pessoas. Porém, a instituição, com seu hermetismo, tenta preservar algo além da ordem: o monopólio sobre os “modos de saber-fazer” na prisão.

De acordo com Goffman (2005) uma instituição total é composta por basicamente dois grupos de atores: dos dirigidos e dos dirigentes. O primeiro é mais numeroso, formado pelos internos, e o segundo, menor, formado pelos dirigentes e demais funcionários. Ainda que se possa questionar o caráter total da prisão (ainda mais no Brasil), a dinâmica prisional se compõe de atores com papéis definidos; e, o pesquisador ou o voluntário, não encontram seu correspondente nesta classificação. O fato de ocupar um “lugar institucional indefinido” já é suficiente para que sua presença seja elemento perturbador da dinâmica prisional.

Logo, quanto menos o “estranho” tencione essa lógica binária melhor para a administração prisional. A aceitação no meio institucional está vinculada diretamente ao posicionamento nessa dinâmica: quanto mais identificado com a equipe dirigente e afinado com os propósitos institucionais, mais fácil será a negociação de entrada e a permanência nesse campo.

A escolha de entrar na prisão acompanhando o trabalho das entidades da sociedade civil se mostrou importante como estratégia não só para legitimar meu trabalho perante a administração prisional, mas também porque essas entidades foram mediadoras da minha entrada nos estabelecimentos prisionais. De novo Barbero (2009, p. 119):

“El problema de estas investigaciones (en espacios cerrados) es el de la excesiva dependencia del observador a la institución. La administración habrá de conceder previamente un permiso y, normalmente, lo condicionará a la realización de una actividad que no complique los intereses institucionales. En el caso de la prisión, el permiso lo supeditará a la participación del estudioso en tareas de reeducación y reinserción social, tal como estas actividades son entendidas por el sistema penitenciario. Por eso, son grupos, religiosos o civiles, previamente organizado en asociaciones, los más aptos para conocer de cerca la vida penitenciaria. Un investigador independiente, no perteneciente a estas asociaciones, es un personaje en principio extraño al mundo de la prisión”.

Estratégias de entrada

Desde o princípio, sabia da importância de ademais de entrevistar os voluntários, de escutar seus discursos, era imprescindível acompanhar suas ações no espaço prisional, contextualizar aquela fala, ver a dinâmica que se cria nessa interação.

Igualmente, era essencial- quase um imperativo ético- escutar aos presos, dando-lhes a oportunidade de falar da atividade da qual participava e submeter o outro a avaliação, nesse caso, o voluntário. Ainda que essa estratégia buscasse, de alguma forma, mover a posição que os presos ocupam como objetos preferenciais e permanentes de investigações e exames; eu estava atuando ali com uma vontade de saber, com consciência da impossibilidade de me despir do papel de investigadora, e mesmo, de um modo de fazer *inquisitorial* (Ginzburg: 1991).

Com o objetivo de possibilitar a entrada no campo prisional, e assim, acompanhar a dinâmica criada pelos voluntários e falar com os presos, elaboramos¹⁵ então, duas estratégias para a minha entrada nas prisões:

1. “VIA FORMAL”: entrada na prisão pela via burocrática, o que significava enviar meu projeto para apreciação da *Comissió de control i seguiment dels estudis i investigacions en l'àmbit de l'execució penal* (Departament de Justícia, SSPRJJ)

Risco: que os tramites burocráticos demorassem mais que minha própria permanência na Catalunha.

2. “VIA INFORMAL” / “comer pelas bordas”: começar o contato com as entidades e a partir delas me aproximar dos Centros Penitenciários, o que parecia interessante já que de qualquer forma eram os atores dessas entidades os personagens centrais de minha pesquisa.

Risco: “ficar nas bordas” e não adentrar o espaço prisional.

Resolvemos então, que atacaria simultaneamente nas duas frentes: enquanto aguardava o parecer da comissão começaria o contato com as entidades de voluntariado, a princípio com seus diretores, e em seguida, com os próprios voluntários.

No começo de outubro entreguei pessoalmente meu pedido ao responsável pela *Comissió*, em uma rápida reunião agendada na própria SSPRJJ. Expliquei o objetivo geral de minha pesquisa “entender como e porque a sociedade civil entra no cárcere”, explicando que teria interesse de entrar nas unidades prisionais as quais meus informantes realizavam o voluntariado.

¹⁵Agradeço o apoio do professor da Faculdade de Antropologia de Universitat de Barcelona, Julio Zino Torraza, nesse planejamento e durante todo o período de minha investigação.

O representante da Secretaria na época, me disse de antemão que seria de interesse para a SSPRJJ um estudo desse tipo, e indiretamente, que esse era um critério para a concessão das autorizações à pesquisadores.

Sai da reunião com um bom pressentimento, a resposta veio somente em fins de dezembro nos seguintes termos: “*La Comisión autoriza el estudio y la entrada en los centros siempre que vaya acompañada de una institución*” (grifo meu).

Porém, em final novembro de 2010, as eleições para presidente e parlamento da *Generalitat*, com a vitória da direita liberal nacionalista CiU¹⁶, ocasionaram diversas mudanças nos quadros e nas políticas do *Departament de Justícia*. Inclusive, a pessoa que estava acompanhando meu processo me informou que mudaria de função, me indicando outra que estaria responsável a partir de então. Como previ à época, tal mudança prejudicou-me duplamente: primeiro, porque teria que refazer a aproximação com a SSPRJJ; e depois, porque a abertura que havia encontrado em um primeiro momento não se repetiria nessa nova conjuntura política.

A minha inserção no campo prisional catalão não seria fácil. Inocentemente tinha acreditado que tendo sido minha entrada consentida pela *Comissió*, órgão máximo de deliberações desse tipo na Catalunha, as portas se abririam. Mas percebi que seguia no labirinto, e que aí permaneceria durante toda a pesquisa, tendo a todo tempo que me articular politicamente com os voluntários, diretores das entidades, funcionários do sistema penitenciário e a SSPRJJ, convencendo-os de colaborarem com os meus propósitos, e me apoiando ora em um ora para legitimar minha pesquisa perante os demais.

A negociação com meus informantes e o delineamento de estratégias, me levou a uma série de questionamentos éticos, acerca da minha verdade nesse emaranhado de inter-relações e interesses. As autorizações, entrevistas e amabilidades foram negociadas a partir de uma expectativa de retorno da minha parte. A SSPRJJ e os responsáveis por algumas entidades condicionaram a sua participação a um futuro *feedback* das minhas observações. Eu consenti com as condições, afinal essas cláusulas não estavam negociação e o que estava em jogo era a possibilidade de eu realizar o campo, mas tinha muitas dúvidas em que tipo de retorno poderia dar-lhes.

Alcance das estratégias

¹⁶ *Coalición Convergència i Unió*.

ESTRATÉGIA 1. Pela “via formal” o processo de autorização a um Centro Penitenciário resultava custoso e cansativo (como há de ser a burocracia), exigia uma série de e-mails, telefonemas e acertos. Precisava tecer uma rede de comunicações que envolvia o responsável pela entidade do voluntário, o voluntário, o responsável da SSPRJ e o diretor (ou coordenador de área) do Centro Penitenciário.

Minhas visitas daí resultantes foram pontuais, acompanhava o voluntário em um dia de atividade no Centro Penitenciário. Tampouco foi me permitido acesso a outros espaços da prisão, senão aqueles aonde o voluntário realizava seu trabalho. No caminho que levava ao “espaço permitido”, fazia perguntas àquele que me guiava, olhava e escutava curiosa o movimento dos presos nos raios e outros espaços menos visíveis.

Não tinha autorização formal para entrevistar aos presos e presas. As exigências e limites impostos pela SSPRJ para regular o tempo, espaço e temática da minha visita, impossibilitavam (ainda que não declaradamente) meu diálogo com os internos e internas. Meus limites no espaço prisional foram circunscritos pelo medo, por parte dos detentores do saber oficial, da liberação fala dos presos e do saber produzido desde aí.

Já sabendo dessa limitação, aproveitava os momentos informais, e a ausência de funcionários do cárcere, para puxar conversações sobre o que me interessava, em grupo ou individualmente. Pelas condições desses diálogos, não pude aprofundar uma conversa com nenhum interno ou interna nessas visitas.

Por essa via entrei em três Centros Penitenciários: *d'Homes de Barcelona* (a famosa *Presó Model*), o Módulo semi-aberto de *Brians 1*, e de *Dones de Barcelona* (*Wad Ras*).

ESTRATÉGIA 2. A segunda estratégia se mostrou muito potente em relação a um dos grupos que acompanhava, e me permitiu um acesso mais contínuo a um Centro Penitenciário específico. Nesse caso, entrei “pelas mãos” de uma das entidades, que após seis anos de trabalho, tinha conquistado reconhecimento, relativa autonomia, e possibilidade de movimento naquele espaço prisional.

Por esse meio, tive possibilidade de acompanhar o grupo em vários momentos e ter conversas reservadas e voluntárias com os presos. Devido ao contato contínuo e a abertura do grupo ao meu olhar, tive espaço para conhecer e ser conhecida, criar certa familiaridade, intimidade, confiança.

Por essa via fui diversas vezes a prisão de *Quatre Camins*. Ademais fui a *Lledoners* (Manresa) e *Brians I*, para acompanhar a apresentação de teatro do grupo no “Festival In-Out”, realizado fora e dentro de diversos estabelecimentos prisionais da Catalunha.

Marcos do campo prisional Catalão

O primeiro marco importante percebido no campo catalão, essencial para a (re) construção da metodologia no estágio de pesquisa e para a compreensão da configuração política local, é que na Catalunha atuação da sociedade civil, assim como de quase tudo que ocorre na prisão, passa (ao menos aparentemente) pela normatização do Estado.

Desde 1984 a *Generalitat de Catalunya* tem autonomia em temas de execução penal e vem desenvolvendo mecanismos (eficazes) de governo do território e da população prisional. As dimensões, relativamente pequenas¹⁷, do espaço punitivo contribuem para que ele seja melhor esquadrihado.

O *Departament de Justícia* tem controlado mais de uma centena de instituições colaboradoras e voluntárias, aos quais permite o acesso aos Centros Prisionais. O que acontece no cárcere está legislado, planejado, regulamentado; e, como consequência dessa dinâmica de cooptação por parte do Estado, os grupos com discursos mais críticos tendem a ficar ao borde, aliados de um campo de disputa importante: a própria prisão.

Constato que, em geral, os grupos com os quais tinha mais afinidade teórica se encontravam fora de disputa do espaço prisional, e os que estavam dentro estavam absorvidos pela maquinaria punitiva. Compartilhei, com ambos, a dificuldade de se criar “linhas de fuga” em um espaço social tão demarcado.

Ao voluntário penitenciário lhe é exigido a realização do curso oferecido pela SSPRJ *“Intervenció en centres penitenciaris des del voluntariat”* com duração de 20 horas, divididas em três módulos: A) Enquadramento legal da intervenção em âmbito penitenciário, B) A ação do voluntariado: princípios gerais de atuação, e C) Habilidades básicas para o exercício do voluntariado.

No Manual do Curso (SSPRJJ, 2007) estão elencadas três “ferramentas-chaves para a pessoa voluntária”: formação, supervisão e avaliação. Por meio desses mecanismos, e com a

¹⁷ Catalunha conta com 15 Centros Penitenciários e São Paulo 149 Unidades Prisionais. Fontes: <http://www20.gencat.cat/portal/site/Justicia> e <http://www.sap.sp.gov.br/>, respectivamente, acesso 10/06/2011.

justificativa (legítima) de apoiar a prática voluntária, o *Departament de Justícia* coloca em exercício seu poder na produção de um saber específico. Formar, supervisionar e avaliar são ações que nos remetem à disciplina escolar, cujas práticas consistem basicamente de transmitir um conteúdo, vigiar a leitura que esta sendo feita dele, e por fim, a realização do exame.

Não se encontra no texto nenhuma análise da prisão em sua dimensão social, histórica, política. A problemática da prisão é construída a partir da perspectiva individual, tanto do preso como do voluntário; a aposta institucional é no sentido de ajudar, tanto a um quanto a outro, a manejar emoções e desenvolver habilidades sociais.

Uma breve análise da bibliografia ao final do Manual reflete o tipo de ideologia aí implícita. As obras apontam para o tipo de saber que o voluntário deve manejar, nesse sentido seus títulos são reveladores: *Autoestima, cómo mejorar la propia imagen. Sedueix-te per seduir. Viure i educar les emocions, Encrucijada emocional, Manual de evaluación y entrenamiento en las habilidades sociales, Enseñar a convivir no es tan difícil*, etc. Dentre os dezenove títulos, não há um que conste as palavras prisão, preso, sistema de justiça, sociedade.

O voluntário tem o potencial de formular um discurso acerca da prisão a partir de seu olhar externo. Na maioria das vezes, ele tem seu primeiro contato com o cárcere quando dá início ao voluntariado; por isso, desde logo, apreender a autonomia reflexiva do voluntário, preparando seu olhar e dando-lhe chaves interpretativas é uma forma de reafirmar a verdade do discurso institucional acerca da realidade prisional.

A verdade é construída à medida que se interpreta a realidade e se escolhem os enunciados e a linguagem adequados para tanto. Nesse sentido, não há linguagem neutra, porque a interpretação sempre pressupõe uma escolha. Na vontade de proferir um discurso verdadeiro o que está em jogo é desejo e poder (Foucault, 1996: 20).

As chamadas práticas discursivas tem a função de determinar o que e como pode ser dito, estabelecendo as maneiras e possibilidades de compreender o mundo. A hegemonia do saber institucional na leitura da realidade prisional tem como consequência a construção de uma verdade acerca do preso e a naturalização da solução punitiva.

Colaboracionista

Essa mescla de “auto-ajuda”, gerenciamento de riscos e redução de dano, não só está circunscrita na formação do voluntariado, mas permeia uma série de discurso e práticas da instituição prisional na contemporaneidade. É um saber que constrói e atua sobre um indivíduo fora de contexto, e por estratégias de governo das pessoas e de suas emoções. Esse saber-estratégia atua na produção de uma subjetividade domesticada e “medicamentalizada”, apta a gerenciar seus sentimentos, treinada para a submissão, sem possibilidade de revolta.

O voluntário ao assumir o papel e espaço lhe outorgado pelo cárcere, torna-se uma peça funcional na sua maquinaria. Nessa medida, se aproxima da figura do “colaboracionista”, daquele que tende a auxiliar ou cooperar com o inimigo.

Foi recorrente no discurso dos voluntários seu posicionamento ao lado dos presos, identificando o sistema penal como inimigo comum. Porém, não havia reflexão da implicação política de suas práticas. O quanto sua ação voluntária, benévola, com fins de atenuar o sofrimento e monotonia da cárcere, abafam as possibilidades de resistências.

Com isso, não quero dizer que o fechamento da prisão ou mesmo o “colaboracionismo” seja uma questão local catalã, ao contrário, o filtro de quem entra e do que produz na prisão é um mecanismo em defesa fundamental para a continuidade da própria instituição.

Mas sim que, diferentemente do Brasil, além do estabelecido e autorizado pelo Estado, não parecem formar-se linhas de fuga. No campo prisional paulista a regulamentação do que acontece na prisão é a nível local e compartilhada com os presos (e seus coletivos). O aparato estatal não é eficaz no controle das interações dentro da prisão e dela com seu exterior. Daí que se questione o caráter “total” de nossas instituições, aonde o dentro e fora pode ser percebido mais como continuidade do que como ruptura¹⁸.

A dimensão e precariedade das instituições, e definitivamente, uma configuração política específica do campo prisional paulista, contribuem para que aqui surjam *grietas*, *agujeros*, espaços com (certa) liberdade de ação, que escapam da normatização institucional. Parece ser justamente a existência de inúmeras fissuras no esquadramento do território carcerário em São Paulo que permite os caminhos de resistência, estes tão difíceis de serem trilhados frente a eficiência catalã.

¹⁸ Nesse sentido ver as produções de Gabriel Feltran (UFSCAR); Vera da Silva Telles (USP) acerca das redes e dos códigos do mundo do crime além da prisão.

Referencial Bibliográfico

BARBERO, Horácio Roldán. *Introducción a la investigación criminológica*. Granada: Editorial Comares, 2009.

CUNHA, Manuela Ivone. "Investigar 'problemas sociais': equívocos e dilemas de uma etnografia na prisão", *Cadernos do Noroeste*, vol. 4, no 1-2, 1991 pp.193-209.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. A poeira e a nuvem. In *Ditos e escritos vol. IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 323-334.

_____. Table ronde du 20 de mai 1978. In Perrot, Michelle. *L'impossible prison*. Paris: Editions du Seuil, 1980, pp. 40-56.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

GINZBURG, Carlo. "O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações". In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. pp. 203-14.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MATHIESEN, Thomas. *The politics of abolition*. London: Martin Robertson, 1974.

SPRJJ - Secretaria de Serveis Penitenciaris, Rehabilitació i Justícia Juvenil. (2007) *La intervenció en centres penitenciaris des del voluntariat. Manual de curs*. Generalitat de Catalunya [online]. Disponível no endereço <http://www20.gencat.cat/portal/site/Justicia/mD> , acesso 26/04/11.

olis: Ed. Vozes, 1974.

ZINO, Julio. "Coyunturas de cambio de una cultura institucional", *Alter, Revista Internacional de teoría, Filosofía y Sociología Jurídica*, Año I, núm, 0, México, 2001.